



ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE MANAUS

ANALYSIS OF PUBLIC EDUCATION POLICIES FOR ELEMENTARY EDUCATION IN THE PUBLIC SCHOOL SYSTEM IN THE MUNICIPALITY OF MANAUS

Área temática: Temas Transversais

BARBOSA, Déborah¹
UFAM
ARAÚJO JR., Armando²
UFAM

RESUMO

Este estudo apresenta uma avaliação da execução das políticas públicas educacionais do Ensino Fundamental com base nos Relatórios de Gestão dos anos de 2017 e 2018 da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC) e da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Manaus (SEMED). Especificamente, o estudo buscou identificar quais as políticas públicas que estão sendo empregadas na rede pública atualmente visando à promoção do Ensino Fundamental, examinar os últimos relatórios de gestão apresentados às Secretarias de Educação do Município e do Estado. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, onde foram coletados dados secundários por meio da análise dos Relatórios de Gestão enviados pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação. Os resultados da pesquisa documental foram categorizados de forma a identificar os programas que estão sendo desenvolvidos pela Secretaria Estadual e Secretaria Municipal de Educação. Ademais, os resultados do estudo indicam que existem diversos Projetos, Programas e Ações que estão sendo desenvolvidos em ambas as Secretarias, no entanto, os resultados apresentados não apresentam uma análise qualitativa do que foi realizado, limitam-se a apresentar dados quantitativos, principalmente, quanto a quantidade de alunos/professores que foram atingidos ou contemplados pelas ações. É necessária a criação de ferramentas de avaliação formativas, a serem utilizadas em cada política pública proposta, além da divulgação dos dados gerais dos recursos utilizados, da população estudantil como um todo e dos programas somativos relacionados aos resultados obtidos pelas políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas públicas, Ensino Fundamental, Análise de execução.

ABSTRACT

This study presents an evaluation of the implementation of public education policies for elementary education based on the Management Reports for the years 2017 and 2018 of the State Education Secretariat of the State of Amazonas (SEDUC) and the Municipal Education Secretariat of the city of Manaus (SEMED). Specifically, the study sought to identify which public policies are currently being used in the public system with a view to promoting

¹ Déborah Ary Couto Barbosa, e-mail: deborah.ary@gmail.com; Graduanda em Administração pública – Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

² Armando Araújo de Souza Junior, email: armandoaraujo@ufam.edu.br; Orientador e Coordenador do curso de Administração Pública EaD – UFAM.

elementary education, examining the latest management reports submitted to the Municipal and State Education Departments. For that, a qualitative research, of an exploratory-descriptive character, was carried out, where secondary data were collected through the analysis of the Management Reports sent by the State and Municipal Department of Education. The results of the documentary research were categorized in order to identify the programs that are being developed by the State Secretariat and the Municipal Secretariat of Education. In addition, the results of the study indicate that there are several Projects, Programs and Actions that are being developed in both Departments, however, the results presented do not present a qualitative analysis of what has been done, they are limited to presenting quantitative data, mainly, regarding the number of students / teachers who were reached or contemplated by the actions. It is necessary to create formative assessment tools to be used in each proposed public policy, in addition to the dissemination of general data on the resources used, the student population as a whole and the sum programs related to the results obtained by public policies.

Keywords: Public policies, Elementary Education, Execution analysis.

1 INTRODUÇÃO

A busca pela qualidade educacional oferecida pelas redes públicas de ensino é algo que está sempre em crescimento, tendo como base os índices obtidos nas avaliações educacionais dos últimos anos (CÓSSIO, 2018), como é o caso do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, da Prova Brasil, do Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas - SADEAM e, já buscando avaliar os resultados do ano de 2019, o novo exame lançado pela prefeitura de Manaus, a Avaliação de Desempenho do Estudante - ADE.

De acordo com Cossio (2018), a qualidade na educação tem dois conceitos, um democrático, com um enfoque social, compreendendo a qualidade como fator de desenvolvimento dos cidadãos, se tornando então ferramenta para emancipação humana; E um conceito empresarial, onde a autora afirma que a qualidade estaria atrelada ao rendimento escolar, analisada a partir de testes padronizados e apresentada por indicadores de desempenho e sistemas de ranqueamento, buscando atingir resultados satisfatórios e dentro de padrões definidos internacionalmente.

A partir desses conceitos, o governo procura desenvolver a educação nos dois sentidos, tanto pelo lado democrático-social quanto pelo lado empresarial-estratégico. Para atender a ambos e trazer os melhores resultados, os governos estaduais e municipais adotam políticas públicas, que segundo definição de Alves e Silva (2017), são estratégias de ação formuladas em planos/programas que são implementados e submetidos a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Sob este prisma, da mesma forma que existem avaliações realizadas pelas diversas esferas do poder público, existem políticas públicas que devem ser atendidas em nível nacional, estadual e municipal. Dessa forma, as diferenças regionais são levadas em consideração, de acordo com suas especificidades, no processo de implementação das políticas educacionais adotadas. Para Carmo e Prazeres (2015), essas políticas não são pensadas para atender o público geral, mas sim específico, buscando reduzir determinados impactos sociais.

Os principais mecanismos para aferir a qualidade da educação, segundo Carmo e Prazeres (2015), são: o Censo Escolar, o Sistema de Avaliação da Educação Básica -SAEB, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, na perspectiva nacional. Ainda afirmam os autores que é grande a preocupação com

dados quantitativos em detrimento do qualitativo. Sendo assim, a educação, através de suas reformas, passou a alinhar políticas de cunho compensatório.

Este artigo busca analisar a execução das políticas públicas educacionais voltadas ao Ensino Fundamental da rede pública de ensino no município de Manaus. Sua estrutura, além desta introdução, apresenta uma breve revisão da literatura, apresentando o histórico das políticas públicas voltadas para a educação e as disposições na legislação atual com relação a essas, os procedimentos metodológicos realizados para a análise, os resultados obtidos e as observações feitas com relação aos relatórios apresentados pelas Secretarias de Educação, e as considerações finais, apresentando soluções de melhorias a serem efetivadas por ambas as secretarias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Histórico das políticas públicas voltadas para Educação

Para entender como são elaboradas as ações educacionais no país é interessante examinar o processo histórico que influenciou a construção da escolarização dos trabalhadores. De acordo com Melo Filho e Trota (2017) e Rosa, Lopes e Carbello (2015) a herança conteudista da escola do século XIX é incorporada aos sistemas de ensino público e privado no século XX para atender as novas necessidades de um mundo urbano e industrial. Entretanto, no século XXI, aplicadas as demandas da redemocratização de 1988, os autores observam que o ambiente escolar nos seus diversos itinerários procura não mais enfatizar somente o conteúdo, mas a formação do ser humano em sua plenitude.

Visando ampliar essa visão, rememora-se o Brasil antes da Revolução Industrial, como um país de economia predominantemente agrícola, com uma política de exportação de sua produção cafeeira. Em 1929, houve uma crise econômica que desvalorizou esta produção, forçando o país a investir em industrialização e no aumento de produção para consumo interno. Segundo Gala (2019), Moraes (2019) e Daniel (2016), esse foi um dos períodos de maior crescimento econômico para o país, apesar de seus excessos e do endividamento público.

Em 1942, o ministro Gustavo Capanema incentivou novas leis para reforma do ensino, que ficaram conhecidas por “Reforma Capanema” (MOTA e NOVO, 2019). Nesse ínterim, Amaral (2019) ressalta que a educação brasileira passava por um período de dualidade, tendo um ensino médio acadêmico, voltado para aqueles que seguiriam para o ensino superior, e o ensino profissionalizante, voltado para os trabalhadores.

Amaral (2019) ainda pontua que após o golpe “civil-empresarial-militar” de 1964, foram adotadas diversas medidas que trariam desenvolvimento para o país baseadas na Teoria do Capital Humano, buscando favorecer a acumulação de capital industrial. Entre estas medidas, está a lei 5.692/1971, que de acordo com Cougo, Bica e Jardim (2017) objetivava a formação para o mercado de trabalho, sendo retratada como revolucionária e inovadora. Outras medidas também foram tomadas em busca da reestruturação do ensino superior, como a modificação do curso de Pedagogia para formação de especialistas e o plano de assistência técnica estrangeira, que reforçavam a implantação de uma concepção pedagógica tecnicista.

Amaral (2019) descreve ainda o golpe militar não foi aplicado para evitar o avanço de forças políticas comunistas, mas sim utilizado pela burguesia nacional visando garantir sua posição hegemônica frente as mudanças a nível internacional de um capital cada vez mais financiado externamente. Em paralelo, as reformas educacionais adequaram o país ao capitalismo internacional, reforçando a formação de mão de obra para aumento da produção e atingindo toda a estrutura educacional, do ensino básico ao superior.

Segundo Pinheiro e Dal Ri (2018) e Rosa, Lopes e Carbello (2015), a década de 70 e o início da década de 80 foram marcados por um forte processo de mobilização em busca da democratização do país e pelo fim do período ditatorial. Na educação, os movimentos buscavam o fim das concepções técnico-burocráticas da administração escolar e a especificidade do trabalho nas escolas. No final dos anos 80 foram realizadas quatro Conferências Brasileiras de Educação (CBE), que levaram a formulação de uma carta contendo 21 princípios, destacando-se dentre eles a gratuidade da educação e a formação básica para todos.

Um dos marcos mais importantes para a educação no país foi a sua instituição como direito social pelo Art. 6º da Constituição Federal da República de 1988. Auxiliando sua regulamentação e reforçando sua importância, foram criados o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, o Conselho Nacional de Educação (CNE - 9.131/95) e organizado o Sistema de Avaliação do Ensino Básico – SAEB. (CURY, 2016)

De acordo com Mota e Novo (2019) e Hachen (2016), o ensino fundamental é o mínimo em termos de educação, pois este integra o núcleo do princípio da dignidade da pessoa humana, sendo condição material básica para a existência. Para os autores, as consequências da falta de acesso à educação de qualidade são evidentes, em não havendo o pleno desenvolvimento de sua personalidade e de suas competências, as suas relações e a tomada de decisão no cotidiano passam a ser afetadas. A falta de acesso à educação leva ao abandono do sistema educativo, à desigualdade, à marginalização e à pobreza.

Com o intuito de fortalecer a qualidade na educação, foram lançadas as novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, a serem praticadas em todas as escolas do país. Entre as habilidades e competências a serem desenvolvidas, estão a solidariedade, a empatia, a ética e o trabalho em equipe, buscando uma melhor convivência em sociedade (MEC, 2017).

Entretanto, o Índice de Desenvolvimento na Educação Básica (IDEB), um dos sistemas de análise de desempenho mais importantes do país, divulgado em 2018, retrata que o Brasil não tem conseguido atingir por completo as metas estabelecidas no PNE para os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º) e Médio, somente os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º) conseguiram atingir as médias estipuladas. No Amazonas, os resultados apresentados no IDEB mostram que o estado conseguiu atingir suas metas para o Ensino Fundamental, tanto anos iniciais como anos finais (IDEB, 2018).

2.2. Educação e Legislação

A Constituição Federal da República, em seu Art. 22, inciso XXIV, discrimina como competência privativa da União a legislação quanto a diretrizes e bases de educação nacional. Já em seu Art.23, inciso V, essa nos diz que é de competência de todos os entes federados a propiciação de meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação (CF, 1988)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei 9.394/1996) foi criada com o objetivo de regulamentar a educação, dispondo que esta deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Ela ainda estabelece que a educação escolar deva vincular-se ao mundo e à prática social.

Segundo a LDBEN, a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Os

princípios sob os quais essa educação deve ser oferecida estão listados nos 13 incisos de seu Art. 3º. A estrutura da educação básica a ser praticada em todos os estados da federação está disposta em seu Art. 4º, apontando que esta deve ser obrigatória e gratuita dos quatro anos aos dezessete anos de idade, organizada em pré-escola (hoje conhecida por educação infantil), ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 1996).

A LDBEN ainda dispõe em seus artigos sobre a vida educacional dos estudantes brasileiros como um todo em todas as suas fases, frisando em seu Art. 3º, inciso IX a “garantia de padrão de qualidade”. Para o devido aprofundamento deste estudo, serão abordados os artigos pertinentes à regulamentação do ensino fundamental.

Em seu Art. 9º, inciso IV, a LDBEN atribui como competência da União o estabelecimento, em colaboração com os demais entes federativos, de competências e diretrizes para a educação básica, formada pelo ensino Infantil, Fundamental e Médio, de forma a assegurar a formação básica comum (BRASIL, 1996). Em cumprimento a este artigo, foi publicada a Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010 e a Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que fixam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos.

Ainda com relação ao Art. 9º, seu inciso VI determina que é necessária a avaliação de rendimento escolar, em colaboração com os sistemas de ensino, de forma a definir as prioridades e buscar a melhoria da qualidade de ensino (BRASIL, 1996). Para tanto, no Ensino Fundamental, foram criadas ferramentas de avaliação do desempenho educacional por parte da União (Ministério da Educação - MEC, 2019), conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Síntese do Sistema de Avaliação da Educação.

Instrumentos de Avaliação	Descrição
Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB	Composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), esta última conhecida como Prova Brasil.
Prova Brasil	É aplicada censitariamente aos alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. A Prova Brasil oferece resultados por escola, município, Unidade da Federação e país que são utilizados no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB
Provinha Brasil	Avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras, sendo realizada em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo;
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB	Feito em uma escala de zero a dez, sintetizando dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de MEC (2019).

No estado do Amazonas, ainda é aplicado o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas – SADEAM, que busca aferir o desempenho educacional dos alunos da rede pública estadual de ensino. Esses resultados permitem a gestores, professores e educadores discutir e desenvolver ações e políticas de intervenção para a oferta de um ensino de qualidade aos alunos do estado (SADEAM, 2019)

O Art. 26 da LDBEN determina que os currículos da educação básica devam ter uma base nacional comum, sendo complementada por uma parte diversificada por cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, de acordo com suas características culturais regionais e locais, sua economia, entre outros fatores (BRASIL, 1996). Em obediência a esse inciso, foi elaborada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), disposta na Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, e no Parecer CNE/CP nº: 15/2017.

Ainda na LDBEN em seu Art. 87, §1º está descrito que a União encaminharia ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação (PNE), com diretrizes e metas para os dez anos seguintes. Então, através da lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, foi aprovado e regulamentado o Plano Nacional de Educação – PNE. Especificamente em sua Meta 2, estabelece o objetivo de universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência desse PNE.

A nível estadual e municipal foram elaborados os Planos Estadual de Educação (PEE) e Plano Municipal de Educação (PME), aprovados respectivamente em abril de 2015 e junho de 2015 (já abrangendo as novas metas do PNE), com validade de 10 anos. Analisando o cumprimento da meta 2 do PNE, tanto PEE quanto PME demonstram seus cenários, dando ênfase nas maiores dificuldades encontradas tanto no Amazonas como em Manaus: a alta taxa de abandono, seguida da defasagem de idade para conclusão do Ensino Fundamental.

Em busca de soluções para o atendimento das diretrizes e metas estabelecidas pelo PNE, os governos federal, estadual e municipal criaram políticas públicas de incentivo à Educação. Para Lima, Mota e Leal (2019) e Silva (2019), as políticas educacionais são parte de um todo que são as políticas públicas, estas utilizadas como meios de alcançar as normas e objetivos descritos na Constituição de 1988, através de ações, programas e decisões tomadas pelo governo, buscando proporcionar qualidade à educação, direitos esse garantido a toda sociedade, grupo social, cultural, ético ou econômico.

Ainda de acordo com as autoras, devido à expansão do acesso ao ensino básico nos últimos anos e o conseqüente aumento na quantidade de vagas nas escolas, estão surgindo novas exigências de padrão de qualidade na educação. A escola básica passou a ter o papel de construir uma cultura voltada para o pensamento crítico, de forma que o aluno passe a refletir sua posição dentro da sociedade e seu papel na construção de uma sociedade ainda melhor (Lima et al. 2019).

Para Silva, Silva e Santos (2019), as políticas educacionais contemporâneas têm características da reforma gerencial, valorizando assim a competitividade, a produtividade, a minimização do estado e a maximização da participação da sociedade como um todo. Nesse pensamento, passa a ser responsabilidade da escola produzir e apresentar resultados, sendo as avaliações de larga escala os meios para averiguação e diagnóstico da eficiência escolar particulares e públicas.

O IDEB então passa a ser um condutor das políticas educacionais contemporâneas para a educação básica, sendo referência em se tratando de contextos locais, por utilizar em seus cálculos a taxa de rendimento escolar (aprovações) e as médias de desempenho obtidas em outros exames aplicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Silva et al. (2019) e Silva (2019) ainda ressaltam que as políticas educacionais desenvolvidas mediante as configurações das avaliações em larga escala são muito utilizadas no cenário das escolas públicas, podendo acarretar uma mudança no discurso sobre o direito à educação e o direito de aprender. A aplicação das políticas criadas a partir dos resultados das avaliações podem apresentar resultados negativos, especialmente quando se evidencia uma

área do conhecimento em detrimento de outras, gerando assim uma segregação entre os saberes, empobrecimento do processo pedagógico e dos conhecimentos acumulados ao longo do tempo, reduzindo assim a aquisição de competências e conteúdos e colocando em risco outras dimensões importantes para formação da juventude.

Para uma análise qualitativa das políticas públicas educacionais (PPE) empregadas no cenário atual do Ensino Fundamental das escolas públicas do município de Manaus, este estudo apresentou uma visão comparativa entre o que é exigido pela legislação vigente e os resultados apontados pelos relatórios de gestão das secretarias de educação estadual e municipal.

3 METODOLOGIA

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a execução das políticas públicas educacionais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino no município de Manaus. Para tanto, optou-se por utilizar a estratégia de pesquisa qualitativa.

Para Flick (2013), na pesquisa qualitativa “os participantes são escolhidos propositalmente, integrando pequenos números de casos de acordo com sua relevância.” A coleta de dados é feita de modo aberto, buscando a formação de um quadro abrangente por meio da reconstrução do caso estudado. Neste estudo, foi utilizada essa abordagem com o objetivo de analisar de forma subjetiva os relatórios de gestão apresentados pelas Secretarias de Educação. Para fins de operacionalização, foi desenvolvida uma pesquisa documental de caráter exploratório-descritivo junto à administração das Secretarias de Educação do Estado e do Município.

Para Gil (2017) é considerado um documento qualquer objeto capaz de comprovar um fato ou acontecimento. Seu desenvolvimento segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, entretanto, essa se utiliza de fontes mais diversificadas e dispersas. Os documentos são fontes ricas e estáveis de dados, que se mantêm ao longo do tempo, tornando-se de extrema importância em pesquisas de natureza histórica, além de serem fontes de baixo custo de pesquisa e de não exigirem o contato direto com os sujeitos da pesquisa.

As pesquisas exploratório-descritivas, de acordo com Marconi e Lakatos (2017), têm por objetivo a descrição completa de determinado fenômeno, podendo ser tanto qualitativas e/ou quantitativas, assim como também a acumulação de informações detalhadas obtidas através da análise, sendo seus procedimentos de amostragem bem flexíveis.

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental para levantamento da legislação acerca do assunto abordado e dos dois últimos relatórios de gestão apresentados à administração. Os resultados coletados por meio da pesquisa documental foram analisados por meio de quadros, sendo esses os mais indicados para apresentação de dados qualitativos de forma tabular, pois fazem a apresentação de conteúdo teórico como classificações, comparações e dados numéricos sem tratamento estatístico (BIBLIOTECA FEAUSP, 2012).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi iniciada em julho/2019, quando foi protocolada a solicitação de acesso aos relatórios gerenciais de políticas públicas educacionais dos anos de 2017 e 2018, tanto da Secretaria de Educação do Município de Manaus – SEMED, como da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas – SEDUC/AM.

Os relatórios de gestão da SEMED foram enviados completos, sendo possível observar sua estrutura composta em tópicos. O relatório de 2017 foi dividido de acordo com as subsecretarias, os departamentos e gerências internos do órgão, sendo analisado neste estudo



IV SIMPÓSIO SUL-MATO-GROSSENSE DE ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO INOVADORA E SUSTENTÁVEL:
ANÁLISE E PERSPECTIVAS

ISSN 2675-4185



somente os dados da Divisão de Ensino Fundamental. Neste relatório, 21 programas e ações foram apresentados nos tópicos: Ação, meta do PME e indicador com o qual ela se relaciona, detalhamento de execução da ação e seus resultados.

Com relação ao relatório de 2018, este trouxe como tópicos os programas e projetos realizados pela Subsecretaria de Gestão Educacional, sendo o objeto de análise deste estudo o subtópico de programas e projetos pedagógicos do Ensino Fundamental composto por 9 programas, além de apresentar os dados do IDEB anterior, ações complementares e das demais subsecretarias e comitês que acompanham a estrutura da Secretaria. Ao observar a redução significativa na quantidade de programas, foi verificado que os programas listados em 2018 são continuados de 2017, entretanto, o relatório de 2017 foi considerado como o mais completo, listando programas de diversas áreas como ciências, educação religiosa, língua inglesa, dentre outros, programas estes que não foram continuados em 2018, ou não foram citados no respectivo relatório.

A SEDUC, em resposta a solicitação feita, enviou um resumo dos principais Programas, Projetos e Ações que aconteceram nos anos de 2017 e 2018, sem demais dados. Em anexo ao documento, foi enviado um relatório geral contendo 11 programas, estruturados nos seguintes tópicos: Apresentação, Principais Ações, Público Atendido, Avaliação e monitoramento e Conclusões e recomendações, estrutura essa utilizada nos quadros avaliativos deste estudo a serem abordados mais adiante.

Apesar de serem mais completos, os relatórios apresentados pela SEMED não apresentam uma estrutura padrão para apresentação dos Programas, Projetos e Ações realizados pela Secretaria, em comparação com os dados enviados pela SEDUC/AM. Observado este ponto, após análise dos dados repassados pelas Secretarias de Educação, foram elaborados quadros situacionais (Quadro 1 ao 11) para melhor visualização das informações que embasaram essa discussão, apresentados a seguir:

Quadro 1: Programas gerais de incentivo ao desenvolvimento escolar da SEDUC/AM.

Programa	Objetivos	Principais ações	Público Atendido	Avaliação e monitoramento	Conclusões e recomendações
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC	Cumprimento da meta 5 do PNE de “alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do terceiro ano do EF”.	1) Fortalecimento do regime de colaboração entre as esferas da administração pública; 2) Realizar o diagnóstico da alfabetização e letramento dos estudantes de suas redes; 3) Estabelecimento da escola como local da formação continuada; 4) entre outros.	1) Professores e coordenadores do 1º ao 3º ano do EF; 2) Professores da pré-escola e coordenadores pedagógicos da Educação Infantil; 3) articuladores e mediadores de aprendizagem em língua portuguesa e matemática do 4º aos 9º anos do EF.	Formações continuadas realizadas pela UFAM; IFAM E UEA.	Não foi citado.
Projeto Avançar	Regularizar o processo de escolarização dos estudantes dos anos iniciais (1º ao 4º ano) e anos finais (6º ao 8º ano) em distorção de idade e ano escolar superior a 2 anos.	1) Formação para os professores e livro didático para docentes e discentes; 2) Encontros pedagógicos com orientação metodológica da proposta do programa; 3) Elaboração dos cadernos de atividades, disponíveis em meio digital.	2017 – 419 escolas, 11.010 alunos; 2018 – 316 escolas, 8113 alunos; 2019 – 122 escolas, 6349 alunos.	Redução significativa do quantitativo de alunos com distorção de idade e ano escolar, em especial da Fase 01.	Dados estatísticos do SIGEAM/WEB indicam a diminuição dos alunos em defasagem escolar; relatórios de acompanhamento das ações do projeto; levantamento de dados das coordenadorias distritais e regionais de educação.
Programa todos pela educação	Prestar assistência financeira às escolas públicas para garantir seu funcionamento e melhorias de infraestrutura física e pedagógica.	Manutenções básicas; Aquisição de equipamentos, bens e materiais pedagógicos.	Não foi citado.	Não foi citado.	Não foi citado.

Fonte 1: Elaborado a partir dos relatórios de gestão emitidos pela SEDUC/AM em nov. 2019.

Quadro 2: Participação em Olimpíadas pela SEDUC/AM.

Programa	Objetivos	Principais ações	Público Atendido	Avaliação e monitoramento	Conclusões e recomendações
Olimpíada de Língua Portuguesa	Colaborar com a melhoria do ensino da leitura e da escrita.	1) Articulação dos encontros formativos (2017-2018); 2) Realização do concurso (2019).	2017 – Formação de 55 professores multiplicadores em Manaus; 2018 – Formação de 35 professores multiplicadores em Manaus; 2019 – 1164 escolas inscritas, 2530 professores e 4764 alunos.	Número de inscritos significativo, apesar da dificuldade de acesso à internet; aguardando o resultado das avaliações das produções dos alunos.	Dificuldades na implementação devido à greve dos professores; nas escolas que realizaram com sucesso o projeto houve a culminância das oficinas de leitura e escrita; Dificuldades no recebimento das produções dos alunos; ainda em processo de avaliação.
Olimpíada Amazonense de Matemática	Estimular e promover o estudo da matemática entre os alunos, colaborando na melhoria do ensino, despertando a curiosidade na resolução de problemas matemáticos e promovendo inclusão social, identificando jovens talentos.	1) 1ª e 2ª Fases: aplicação de prova objetiva, diferenciada por níveis. 2) 3ª Fase: aplicação de prova discursiva, diferenciada por níveis.	2017 – 2019 – Rede estadual e municipal do Ensino regular (foco deste estudo): Nível I: Alunos do 4º e 5º anos do EF; Nível II: 6º e 7º anos do EF; Nível III: 8º e 9º anos do EF.	Mais de 260 mil alunos alcançados em todo o estado;	Crescimento da quantidade de medalhas dos alunos da OBMEP (Olimpíadas nível nacional).

Fonte 2: Elaborado a partir dos relatórios de gestão emitidos pela SEDUC/AM em nov. 2019.

Quadro 3: Programas de estímulo a leitura e literatura da SEDUC/AM.

Programa	Objetivos	Principais ações	Público Atendido	Avaliação e monitoramento	Conclusões e recomendações
Projeto Planeta Leitura	Possibilitar acesso aos livros e a vivência de situações significativas de leitura.	1) Formação de professores e assessores; 2) Distribuição e utilização das maletas de livros nas escolas.	2019 – 17 escolas (16 da capital e 1 de Iranduba), 2276 alunos e 233 professores.	Ficha de acompanhamento utilizada para controle interno das atividades realizadas; Apresentação de uma atividade final para socialização dos resultados.	Projeto em andamento.
Projeto Rede de Letras	Oportunizar o contato dos estudantes com obras literárias de cunho infantil-juvenil e clássicas da literatura brasileira, despertando assim o prazer pela leitura e a melhoria no ensino da leitura e escrita.	1) Distribuição de livros paradidáticos de variados gêneros aos alunos; 2) Capacitação dos professores, por oficinas de sequências didáticas presenciais e à distância.	2017 – Distribuídos 850.011 livros, beneficiando 909.972 alunos da capital e no interior; 2018 – Distribuídos 9.989 livros, beneficiando 10.088 alunos na capital e no interior. 2019 – Não houve atendimento.	Aumento considerável nos índices de leitura nas avaliações externas; foram utilizados questionários, relatórios mensais e acompanhamentos presenciais para avaliação dos resultados.	Demora na entrega dos livros por logística; dificuldade de ofertar formações <i>in loco</i> nos municípios; houve aumento nos índices de leitura do SAEB por parte dos alunos; aumento do público leitor nas escolas, desenvolvendo diversas competências e habilidades com relação a prática de escrita e oralidade.

Fonte 3: Elaborado a partir dos relatórios de gestão emitidos pela SEDUC/AM em nov. 2019.

Quadro 4: Programas de estímulo ao aprendizado de português e matemática da SEDUC/AM.

Programa	Objetivos	Principais ações	Público Atendido	Avaliação e monitoramento	Conclusões e recomendações
Novo Mais Educação	Melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática.	Atendimento as escolas que obtiveram média abaixo de 4.0 no IDEB.	2017 – 222 escolas; 2018 – 89 escolas; 2019 – 89 escolas	Acompanhamento realizado pelo Departamento de Políticas e Programas Educacionais – DEPPE.	Houve aumento nos índices dos alunos que possuíam dificuldades na aprendizagem.
Projeto Aprova Brasil	Desenvolver e potencializar as habilidades de compreensão leitora e à resolução de problemas matemáticos.	1) Distribuição dos cadernos “Aprova Brasil”; 2) Guias de orientações didáticas; 3) Programa de formação docente; 4) Aplicação de simulados; 5) Monitoramento de resultados.	Capital – 129 escolas; Região metropolitana – 66 escolas; Baixo Amazonas – 37 escolas; Atalaia do Norte – 4 escolas.	Acompanhado pela Coordenação de Ensino Fundamental; Levantamento de dados para realização de intervenções pedagógicas e ações formativas.	Melhorar a logística de distribuição dos materiais e planejar melhor o tempo de execução das ações do projeto; Tem boa aceitação pelos professores e alunos; Qualidade do material excelente.
Mais alfabetização (PMALFA)	Garantir apoio adicional ao processo de alfabetização, do que se refere à leitura, escrita e matemática.	Contribuir para o fortalecimento da gestão das unidades escolares e do monitoramento processual da aprendizagem; Contratação de um voluntário que atuará como Assistente de alfabetização; Acompanhamento por meio da plataforma da progressão da aprendizagem dos alunos de 1º e 2º ano do EF.	2017 – Não houve atendimento; 2018 – 227 escolas; 21.521 estudantes e 630 professores alfabetizadores; 2019 – 189 escolas; ainda sem quantitativo de alunos e professores; 373 turmas.	Acredita-se que as ações tenham contribuído para a melhoria do desempenho dos estudantes em processo de alfabetização.	Melhoria: presença do Assistente de alfabetização foi considerada positiva pela comunidade escolar; Demora na liberação de recursos federais que financiavam o projeto, atrasando ações relacionadas; Sugestão de recebimento de apoio financeiro para contratação de um maior número de assistentes, realização de formações com os atores do programa.

Fonte 4: Elaborado a partir dos relatórios de gestão emitidos pela SEDUC/AM em nov. 2019.

Quadro 5: Programas de incentivo ao aprendizado de ciências da SEDUC/AM.

Programa	Objetivos	Principais ações	Público Atendido	Avaliação e monitoramento	Conclusões e recomendações
Circuito de experimentos de baixo custo	Despertar o interesse científico nos estudantes, promovendo a popularização da Ciência e o Letramento Científico.	1) Realização do circuito de experimentos entre os alunos; 2) Coordenações destacam um experimento por categoria; 3) Escolha do experimento de maior destaque e elaboração da cartilha de Experimentos de baixo custo.	2017 – 104 experimentos inscritos; 271 estudantes e 104 professores. 2018 – 399 experimentos inscritos; 798 estudantes e 399 professores.	Aulas de Ciências da Natureza tornaram-se mais cientificamente atraentes, despertando o interesse científico e a criatividade nos estudantes.	Projeto em andamento.

Fonte 5: Elaborado a partir dos relatórios de gestão emitidos pela SEDUC/AM em nov. 2019.

Quadro 6: Programas gerais de incentivo ao desenvolvimento escolar da SEMED.

Programa	Objetivos	Principais ações	Público Atendido	Resultados e Observações
Programa de Gestão da Alfabetização	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o fim do terceiro ano do Ensino Fundamental.	1) Formação continuada aos profissionais em parceria com o Instituto Ayrton Senna; 2) Testes de sondagem mensal para acompanhar o desempenho dos estudantes; 3) Seminário anual com temas sobre alfabetização e letramento.	2017 – Fluxo de acompanhamento de turmas de 3º ano em 50 escolas com baixo rendimento; Seminário de alfabetização com 300 professores; Assessoramento pedagógico individualizado; 2018 – 12 mil estudantes do 3º ano do EF em 76 Unidades de Ensino.	Foi contratada uma consultora especializada em Alfabetização, prof. Suely Amaral, doutora em alfabetização.

Fonte 6: Elaborado a partir dos relatórios de gestão emitidos pela SEMED/Manaus em set. 2019.

Quadro 7: Programas de estímulo a leitura e literatura da SEMED.

Programa	Objetivos	Principais ações	Público Atendido	Resultados e Observações
Programa Viajando na Leitura	Tornar a prática da leitura e da produção de textos orais e escritos mais atrativa e dinâmica, como também formar leitores críticos e formadores de opinião competentes e atuantes na sociedade.	1) Oficinas de mediação de leitura e sequência didática para o professor, em parceria com empresas privadas; 2) Aulas mais dinâmicas uma ou duas vezes na semana no componente Língua Portuguesa; 3) Acesso a plataforma digital Árvore de livros para potencializar a competência leitora.	2017 – 492 escolas; 11 mil professores e 229.421 alunos da Ed. Infantil e EF. 2018 – Atendeu 169 mil estudantes do Ensino Fundamental.	Participação dos alunos em concursos de produção textual, como o 46º Concurso Internacional de Redação de Castas dos correios, o 3º Concurso de Redação da Defensoria Pública, o concurso de redação sobre “violência doméstica contra a mulher e o Festival Literário e Cultural do SESI.
Projeto Plataforma Digital Árvore de Livros	Potencializar a competência leitora dos alunos.	Acessar a plataforma para download ou leitura online de mais de 8 mil livros, podendo ser acessado até três livros por aluno ou professor.	2018 – 52 mil estudantes de 115 escolas de 6º ao 9º ano.	A leitura online viabiliza o acesso em casa tanto para estudantes quanto para professores.

Fonte 7: Elaborado a partir dos relatórios de gestão emitidos pela SEMED/Manaus em set. 2019.

Quadro 8: Programas de estímulo a matemática da SEMED.

Programa	Objetivos	Principais ações	Público Atendido	Resultados e Observações
Programa Matemática Viva	Desenvolver o conhecimento cotidiano do educando, articulando-o com as competências e habilidades matemáticas, como também elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas.	1) A hora do jogo: o professor trabalha novas tendências em Educação Matemática; 2) Clubes de Matemática: Reuniões semanais entre grupos de alunos e professores das escolas piloto para estudar e resolver problemas; 3) OBMEP: Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, para os estudantes de 6º ao 9º ano; 4) OBMEP nível A: Olimpíadas para os estudantes de 4º e 5º ano.	2017 – 50 mil estudantes de 6º aos 9º anos; 2018 – 169 mil alunos do Ensino Fundamental.	Não foi citado.

Fonte 8: Elaborado a partir dos relatórios de gestão emitidos pela SEMED/Manaus em set. 2019.

Quadro 9: Programas de correção de fluxo da SEMED.

Programa	Objetivos	Principais ações	Público Atendido	Resultados e Observações
Programa de Correção de Fluxo “Se Liga”	Eliminar o analfabetismo nos anos iniciais e contribuir para a diminuição do abandono escolar.	1) acompanhamento do progresso do estudante pelo Sistema de Informação do Instituto Ayrton Senna – SIASI; 2) formação continuada, no início do ano letivo, ofertada a todos os professores do programa; 3) acompanhamento dos professores por meio de tutoria semanal; 4) assessoramento pedagógico semanal às escolas e aos professores inseridos no programa; 5) planejamento quinzenal.	Atende alunos em distorção mínima de 2 anos, não alfabetizados, do 3º ao 5º ano e alunos em distorção sem vida escolar, matriculados no 1º ano do EF. 2017 – 4669 alunos em distorção. (92% de alunos alfabetizados) 2018 – 1206 estudantes	Não foi citado.
Programa de Correção de Fluxo Acelera Brasil	Combater a repetência e o abandono escolar, principais causas da distorção idade/ano.	1) acompanhamento do progresso do estudante por meio Sistema de Informação do instituto Ayrton Senna – SIASI; 2) formação continuada no início do ano letivo, ofertada para todos os professores do programa; 3) acompanhamento dos professores do programa por meio de tutoria semanal; 4) assessoramento pedagógico semanal às escolas e professores; 5) planejamento quinzenal.	Atende estudantes do 3º ao 5º ano, que embora alfabetizados, estão em distorção idade/ano de dois ou mais anos. 2017 - 96,3% de alunos alfabetizados. 2018 – 2286 estudantes da rede municipal.	Não foi citado.

Fonte 9: Elaborado a partir dos relatórios de gestão emitidos pela SEMED/Manaus em set. 2019.

Quadro 10: Programas de reforço escolar da SEMED.

Programa	Objetivos	Principais ações	Público Atendido	Resultados e Observações
Programa de Reforço Escolar “Pit Stop”	Programa de reforço na aprendizagem, desenvolvido no contraturno em que o estudante está matriculado.	1) formação continuada ao longo do ano letivo para todos os professores do programa; 2) acompanhamento dos professores do programa por meio de tutoria semanal; 3) assessoramento pedagógico semanal às escolas e professores inseridos no programa; 4) planejamento quinzenal.	Atende a 30 estudantes por turma, oriundos do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, que estejam alfabetizados, mas que possuem dificuldades na leitura e escrita. 2017 – 615 estudantes (92% de aproveitamento); 2018 – 1329 estudantes da rede municipal de ensino.	Não foi citado.
Programa de Reforço Escolar Fórmula da Vitória	Programa de reforço da aprendizagem em Língua Portuguesa, desenvolvido no contraturno em que o estudante está matriculado.	1) formação continuada ao longo do ano letivo para todos os professores do programa; 2) acompanhamento dos professores do programa por meio de tutoria semanal; 3) assessoramento pedagógico semanal às escolas e professores inseridos no programa; 4) planejamento quinzenal.	Atende alunos do 6º e 7º ano, em turmas de 30 alunos. 2017 – 97 (100% de aproveitamento) estudantes; 2018 – 312 estudantes da rede municipal de ensino.	Utiliza material específico, organizado a partir de gêneros textuais, capazes de despertar a curiosidade e o desejo de ler e escrever nos adolescentes, facilitando a aprendizagem. Trabalha três módulos: poemas e poesias, carta aberta e contos de assombração. Adota como metodologia a sequência didática.

Fonte 10: Elaborado a partir dos relatórios de gestão emitidos pela SEMED/Manaus em set. 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar a execução das políticas públicas educacionais voltadas ao Ensino Fundamental da rede pública de ensino no município de Manaus, realizadas tanto pela Secretaria de Educação e Desporto do Estado do Amazonas como pela Secretária de Educação de Manaus. Foi observada a importância das políticas públicas educacionais para o desenvolvimento do país, um breve histórico de como são desenvolvidas e avaliadas atualmente em todas as esferas governamentais e a análise dos relatórios enviados pelas secretarias de educação.

A partir da análise feita dos relatórios de gestão fornecidos por ambas as secretarias, pode-se concluir que, apesar de existirem diversos programas e projetos em execução por ambas as secretarias atualmente, os resultados qualitativos relatados por ambas são superficiais na grande maioria desses, apresentando somente o número de alunos “atingidos”, ou quantitativo de professores que passaram pela formação para sua execução, mas sem demonstrar de fato os resultados obtidos pela comunidade escolar ou relacionar com o

quantitativo geral de alunos/professores da rede como um todo, tanto nas escolas atendidas pela rede municipal como pela rede estadual. Cabe ainda ressaltar que os relatórios foram fornecidos pelas secretarias após solicitação via ofício, quando estes dados deveriam estar disponíveis para acesso livre por toda a população, para realização do devido accountability.

Cordeiro (2020) pontua que existem cinco fatores contribuem para que estudos voltados para a avaliação das políticas públicas se tornem ainda mais relevantes em todo o mundo: 1) a tendência contínua de restrição orçamentária dos governos; 2) a crescente competição entre políticas públicas por recursos cada vez mais limitados; 3) o aumento da demanda por transparência na prestação de contas e por informações sobre custos e resultados dos serviços prestados; 4) a necessidade de incorporar análises de custo-benefício às avaliações de políticas públicas, de alternativas regulatórias e de arranjos institucionais (concessões, PPPs, contratos de gestão, dentre outros), e; 5) a possibilidade de realização de diagnósticos mais precisos, a partir de informações cada vez mais desagregadas de insumos e produtos associados a políticas públicas.

Para Alves (2018), as políticas públicas educacionais devem ser pensadas e executadas com fundamentação em instrumentos de avaliação que subsidiem com informações e fundamentem as decisões a serem tomadas. Nanni e Santos Filho (2016) pontuam que a avaliação das políticas públicas não deve ser realizada somente ao final de sua execução, mas sim, de forma contínua, por meio de avaliações formativas, buscando assim ser base para intervenções ou aprimoramentos, para além da prestação de contas e responsabilização dos agentes públicos através das avaliações somativas.

Com este estudo, espera-se ressaltar a importância desse acompanhamento das políticas públicas realizadas, através da criação de ferramentas adequadas para tanto, e a divulgação dos resultados obtidos, não somente através de números das avaliações regulares já realizadas, como também de cada programa em execução, possibilitando assim que sejam conhecidos os efeitos produzidos por esses, para que se possa traçar um comparativo com o que foi planejado e proposto, analisar as alterações a serem feitas e suas consequências para a sociedade como um todo.

Em concordância com os fatos apontados pelos autores citados, conclui-se que os dados apresentados pelas Secretarias de educação deveriam conter, individualmente, para os programas citados: os orçamentos disponibilizados e o total de recursos utilizados; os percentuais de alunos/professores atingidos em comparação com a população total de discentes e docentes; e a relação dos resultados obtidos (avaliação formativa) com as avaliações somativas já realizadas (SAEB, SADEAM).

Para que sejam realizadas análises mais profundas, é necessária a criação de ferramentas de avaliação formativa, seguindo os indicadores das metas elaboradas pelos PEE e PME. Ainda em complementação ao que foi averiguado, o olhar dos gestores sobre essa questão é de extrema importância, pois estes estão presentes na linha de frente de execução das políticas propostas, assim como os professores que as executam em sala de aula. Em uma próxima oportunidade, é necessário efetivar essa complementação para fundamentação da opinião proposta neste artigo.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. **Relatório de atividades. Manaus**, 2019. 22p.



ALVES, D. L. R.; SILVA, E. A. P. **O papel das políticas públicas na promoção de uma educação básica de qualidade.** In: Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, 2017, Vitória da Conquista, v. 06. p. 750-767.

ALVES, G. C. **Resultados do Pisa 2015 e seu uso para a formulação de políticas públicas em educação.** 2018. 76 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32736>. Acesso em 04 nov. 2020.

AMARAL, G. P. **Revolução e autocracia burguesa no Brasil: seus reflexos na educação após o golpe de 1964.** Revista Instituto de Políticas Públicas de Marília, v.5, n.1. Publicado em 26 jul. 2019. Disponível em: <http://www.bjis.unesp.br/revistas/index.php/RIPPMAR/article/view/9085>. Acesso em 26 out. 2019.

BIBLIOTECA FEAUSP. **Tabela e quadro: diferenças.** Atualizado em 21 set. 2012. Disponível em: <https://bibliotecafea.com/2012/09/21/tabela-e-quadro-diferencas/>. Acesso em 24 mar. 2019.

BRASIL. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 02 jan. 2020.

BRASIL. LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 02 jan. 2020.

CARMO, E. S.; PRAZERES, M. S. C. **Políticas educacionais para a Amazônia: teorias, práticas e contradições.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), v. 31, n. 3, p. 531 - 543 set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/60010/37017>. Acesso em 26 nov. 2019.

CORDEIRO, P. A. B. **Análises de eficiência como subsídio para políticas educacionais: três ensaios empregando dados de escolas de Ensino Básico do Distrito Federal.** Tese (Doutorado em Economia), 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39490>. Acesso em 05 dez. 2020.

CÓSSIO, M. de F. **A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores.** Revista Educação, v.41, n.1, p.66-73, jan.-abr. 2018. Porto Alegre, RS. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/29528>. Acesso em 25 nov. 2019.

COUGO, A. L.; BICA, A. C.; JARDIM, P. S. **A Lei 5.692/71 de Diretrizes e Bases através da revista do Ensino.** Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 9, n. 3, 2017. Disponível em: <http://200.132.146.161/index.php/siepe/article/view/30831>. Acesso em 08 fev. 2019.

CURY, C. R. J. **Vinte anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).** Jornal de Políticas Educacionais v.10, n.20, Jul.-Dez. 2016, p. 03-17. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/49964>. Acesso em 26 jan. 2020.

DANIEL, P. R. **Gestão pública e economia brasileira nas crises econômicas de 1929 e 2008.** 37f. Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Administração Pública – PNAP.



Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/2021>. Acesso em 26 jan. 2020.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre/RS: Penso, 2013. 256 p.

GALA, P. **A história de 100 anos de PIB no Brasil**. Publicado em 30 jan. 2019. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/100-anos-de-pib-no-brasil/>. Acesso em 25 out. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª Ed. São Paulo/SP: Editora Atlas S.A, 2017, 173 p.

HACHEM, D. W.; BONAT. A. **O ensino médio como parcela do direito ao mínimo existencial**. Revista Opinião Jurídica. Fortaleza/CE, ano 14, n. 18, p.144-176, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniojuridica/article/view/750>. Acesso em 26 jan. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍZIO TEIXEIRA (INEP). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Publicado em set. 2018. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em 28 out. 2019.

LIMA, L. A. MOTA, V. de S. LEAL, W. P. **Políticas públicas e gestão escolar: equidade na educação básica**. Revista Humanidades e Inovação, vol. 6, nº7, jun. 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1304>. Acesso em 30 jul. 2019.

MANAUS (Amazonas). Secretaria de Educação do Município de Manaus. **Relatório anual 2017**. Manaus, 2017. 424p.

MANAUS (Amazonas). Secretaria de Educação do Município de Manaus. **Relatório circunstanciado de 2018**. Manaus, 2018. 243p.

MARCONI, M; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª Ed. São Paulo/SP: Editora Atlas S.A, 2017, p. 346.

MELO FILHO, A. B. de. TROTA, L. M. **As políticas públicas educacionais no Brasil: descontinuidade e submissão ao neoliberalismo**. IV Congresso Nacional de Educação. Publicado em 2017. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA_2_ID3307_09092017150627.pdf. Acesso em 02 jan. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Avaliações da aprendizagem**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-inclusiva/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/18843-avaliacoes-da-aprendizagem>. Acesso em 28 out. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Publicada em 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 28 out. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Diretrizes e Bases para Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica>. Acesso em 04 mar. 2019.

MORAES, I. A. **Política externa e desenvolvimento econômico no Brasil: história e paradigmas (1930 – 2016)**. Revista Conjuntura Global, v. 8, n. 2, p. 117-140, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjgloblal/article/view/69870>. Acesso em 25 jan. 2020.



MOTA, A. R. P. e. NOVO, B. N. **O direito à educação.** Revista Jurídica Portucalense, n. 24, p.111-127. Publicado em 3 abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/juridica/article/view/17198>. Acesso em 28 out. 2019.

PINHEIRO, C. M. DAL RI, N. M. **Democratização da educação na década de 1980: o fórum de educação na constituinte e a IV Conferência Brasileira de Educação (1986).** Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/8/artigo_simposio_8_749_mila_pinheiro_@hotmail.com.pdf. Acesso em 26 out. 2019.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pee/pee_am.pdf. Acesso em 14 mar. 2019.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www2.manaus.am.gov.br/docs/portal/secretarias/fme/Documento%20Base%20PME%20junho%202015.pdf>. Acesso em 14 mar. 2019.

QEdU. Manaus: IDEB 2019. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/3115-manaus/ideb>. Acesso em 05 dez. 2020.

QEdU. Manaus: IDEB 2017. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/3115-manaus/ideb?dependence=5&grade=1&edition=2017>. Acesso em 05 dez. 2020.

ROSA, C. de M; LOPES, N. F. M; CARBELLO, S. R. C. **Expansão, democratização e a qualidade da Educação Básica no Brasil.** Revista Poésis Pedagógica, Catalão/GO, v.13, n.1, p. 162-179, jan/jun. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/35982>. Acesso em 25 jan. 2020.

SILVA A. M. C. J. e. **As tensões e contradições das políticas educacionais brasileiras dos governos de Lula e Dilma Rousseff: o Ideb e o Programa Mais Educação.** Tese para obtenção do título de Doutorado em Educação. Publicada em 18 fev. 2019. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/31802>. Acesso em 05 fev. 2020.

SILVA, G. da. SILVA, A. V. da. SANTOS, I. M. dos. **O IDEB e as políticas públicas educacionais: estratégias, efeitos e consequências.** Revista Exitus, Santarém/PA, Vol. 9, N° 1, p. 258 - 285, JAN/MAR 2019. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/723>. Acesso em 02 jan. 2020.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DO AMAZONAS (SADEAM). Disponível em: <http://www.sadeam.caedufjf.net/o-sadeam/>. Acesso em 05 mar. 2019.